

3.3. Características da lei	41
3.4. Classificação das leis.....	42
3.5. Formação e constituição da lei.....	47
3.6. O processo legislativo	48
4. O costume	52
5. A jurisprudência.....	56
6. Doutrina.....	57
7. A analogia	57
8. Princípios gerais do direito.....	60
9. A equidade.....	61
10. O direito comparado.....	63
Capítulo III - DA VIGÊNCIA DA LEI	65
1. O início da vigência da lei.....	65
2. A <i>vacatio legis</i>	67
3. Revogação da lei anterior	68
4. Obrigatoriedade e desconhecimento das leis	71
5. A inconstitucionalidade das leis.....	73
6. Eficácia da lei no espaço.....	77
7. A irretroatividade da lei	80
8. Efeito imediato e retroativo das leis constitucionais	82
9. As leis de ordem pública e seu efeito no passado	84
10. Efeitos passados e efeitos futuros da lei	85
11. Efeitos da lei nos fatos pendentes.....	85
12. A irretroatividade frente às novas condições impostas no exercício de uma atividade.....	88
13. Incidência das normas de direito monetário e irretroatividade.....	89
14. Lei nova e expectativa de direito.....	90
Capítulo IV - INTERPRETAÇÃO DAS LEIS.....	93
1. Interpretação e compreensão do direito	93
2. Espécies de interpretação	94
3. Técnicas de interpretação.....	97
4. Interpretação extensiva, literal e restritiva	99
5. Norma, fato e valor.....	100

Capítulo V – A RELAÇÃO JURÍDICA	101
1. Objeto das normas jurídicas	101
2. O vínculo advindo da norma.....	102
3. Vínculo, relação obrigacional e relação jurídica	103
4. Decorrências da vinculação à relação jurídica	104
5. Discriminação dos elementos da relação jurídica	105
6. Obrigação jurídica em face dos direitos.....	106
7. Espécies de direitos originados da relação jurídica	107
Capítulo VI – O EXERCÍCIO DOS DIREITOS	109
1. A capacidade no exercício dos direitos.....	109
2. Reconhecimento dos direitos e incapacidade para o seu exercício	110
3. Faculdade no exercício dos direitos.....	111
4. Abuso de direito	112
5. O direito adquirido	118
5.1. O direito adquirido frente à Constituição Federal	119
5.2. Alcance do direito adquirido	120
5.3. Direito adquirido e decisões do Judiciário	121
5.4. Direito adquirido e expectativa de direito.....	121
Capítulo VII – AS PESSOAS NATURAIS	123
1. O sentido de pessoa	123
2. A pessoa natural.....	124
3. Personalidade.....	125
4. Começo e fim da personalidade	126
4.1. O nascimento	126
4.2. O nascituro.....	127
4.3. A morte e a declaração de sua presunção.....	128
4.4. A comoriência.....	131
Capítulo VIII – O ESTADO DA PESSOA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	133
1. O estado das pessoas.....	133
2. Os estados da pessoa que persistem no direito moderno.....	134
3. Nacionalidade e cidadania.....	135



4. Direitos da personalidade.....	137
4.1. Direitos fundamentais.....	140
4.2. Direito à vida.....	141
4.3. Direito à saúde	144
4.4. Proteção da personalidade depois da morte	146
4.5. Proteção à integridade física e disposição do próprio corpo.....	147
4.6. Mudança de sexo.....	150
4.7. O direito à liberdade.....	152
4.8. O direito à imagem e à voz.....	152
4.9. Direito à honra, à dignidade, ao respeito, à privacidade e à intimidade....	153
4.10. Direito à igualdade.....	156
4.11. Direito à identidade.....	156
4.12. Direito à segurança	157
4.13. Direito ao sigilo.....	157
4.14. Direito à informação	159
4.15. Direitos de autor.....	160
4.16. Direitos da personalidade da pessoa jurídica	163
5. Tutela da personalidade e ações de estado.....	164
Capítulo IX – O NOME.....	167
1. O nome como fator de identificação das pessoas.....	167
2. Natureza do nome	169
3. Elementos que compõem o nome	170
4. O registro civil do nome	172
5. Mudança, alteração e retificação no registro	174
6. Registros de expostos e de menores abandonados.....	176
7. Registro fora do prazo	177
Capítulo X – CAPACIDADE DA PESSOA NATURAL.....	179
1. Personalidade e capacidade.....	179
2. Espécies de capacidade e distinções	180
3. Capacidade e incapacidade	181
4. Incapacidade absoluta e incapacidade relativa.....	182
5. Os absolutamente incapazes.....	184
5.1. Os menores de dezesseis anos	186

5.2. Os que não têm o necessário discernimento por enfermidade ou deficiência mental.....	186
5.3 Os impedidos de exprimir a vontade por causa transitória	187
5.4. Causas de incapacidade absoluta afastadas pelo Código de 2002.....	188
6. Os relativamente incapazes	189
6.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos.....	191
6.2. Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que têm o discernimento reduzido por deficiência mental.....	192
6.3. Os excepcionais sem desenvolvimento mental completo	193
6.4. Os pródigos.....	194
7. Limitações no exercício dos direitos.....	195
7.1. Os índios	195
7.2. O cônjuge e o encarcerado ou condenado criminalmente.....	197
7.3. Os cegos.....	198
7.4. O marido e a mulher	198
8. Casos especiais que ensejam o reconhecimento da incapacidade.....	202
8.1. Perturbações mentais	202
8.2. A idade avançada.....	202
8.3. Doenças	203
8.4. Os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade.....	203
8.5. Dúvida em relação ao momento em que apareceu a doença e presunção da capacidade.....	204
9. Normas de proteção aos incapazes	205
10. Cessação da incapacidade	206
10.1. Desaparecimento da causa da incapacidade e advento da maioridade ..	206
10.2. Antecipação da maioridade	207
Capítulo XI – AUSÊNCIA	215
1. Caracterização	215
2. Finalidade da declaração da ausência	217
3. Hipóteses de declaração da ausência	219
4. Iniciativa na declaração da ausência e arrecadação dos bens.....	220
5. Arrecadação dos bens e declaração de ausência	220
6. Sucessão provisória.....	222
7. Sucessão definitiva.....	226

Capítulo XII – PESSOAS JURÍDICAS	229
1. Caracterização	229
2. Conceito e requisitos	230
3. A denominação.....	233
4. Natureza jurídica.....	234
5. Visão histórica.....	237
6. Classificação das pessoas jurídicas.....	238
6.1. No pertinente ao campo de ação, ou à finalidade, ou ao objeto	238
6.2. No pertinente à estrutura organizacional	246
7. Constituição das pessoas jurídicas.....	250
7.1. Quanto às pessoas jurídicas de direito público	250
7.2. Quanto às pessoas jurídicas de direito privado.....	251
7.2.1. As associações	251
7.2.2. As sociedades.....	255
7.2.3. As fundações.....	261
7.2.4. As organizações religiosas e os partidos políticos.....	264
8. Direitos, capacidade e representação da pessoa jurídica	265
9. Responsabilidade civil.....	270
9.1. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público	271
9.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas privadas	273
9.2.1. Responsabilidade dos administradores e sócios pelas obrigações das pessoas jurídicas.....	274
9.2.2. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações fiscais das pessoas jurídicas privadas	278
9.2.3. Obrigações pessoais dos sócios.....	280
10. Autorização para o funcionamento das pessoas jurídicas privadas.....	281
11. Transformação, incorporação, fusão, cisão e alteração das pessoas jurídicas privadas.....	283
12. Pessoas jurídicas privadas coligadas	287
13. Resolução de quota de sócio e dissolução da pessoa jurídica privada	287
13.1. Resolução de quota de sócio.....	288
13.2. Dissolução da pessoa jurídica.....	289
14. Formas especiais de pessoas jurídicas privadas	295
14.1. Cooperativas.....	295
14.2. Condomínio.....	296
14.3. O empresário individual.....	297
14.4. As sociedades não personificadas.....	298

14.5. Entidades ou grupos personificados que não são pessoas jurídicas	302
Capítulo XIII - O DOMICÍLIO	305
1. Conceitos e distinções	305
2. Domicílio e competência.....	307
3. Domicílio das pessoas jurídicas.....	309
4. Domicílio de eleição	310
5. Espécies de domicílio.....	312
6. Mudança de domicílio.....	313
Capítulo XIV - OS BENS	315
1. O conceito de bem, patrimônio, coisa e objeto	315
2. Características dos bens para serem objeto da relação jurídica.....	317
3. Classificação dos bens.....	318
4. Bens corpóreos e incorpóreos.....	319
5. Os bens considerados em si mesmos.....	320
5.1. Bens móveis, semoventes e imóveis.....	320
5.1.1. Bens considerados imóveis.....	322
5.1.2. Bens considerados móveis	327
5.2. Bens fungíveis e infungíveis	328
5.3. Bens consumíveis e inconsumíveis	331
5.4. Bens divisíveis e indivisíveis	332
5.5. Bens singulares e coletivos.....	336
6. Os bens reciprocamente considerados.....	338
6.1. Bens principais e bens acessórios	338
6.1.1. Espécies de bens acessórios	341
6.2. As pertenças.....	345
6.3. As benfeitorias	346
7. Bens considerados em função da titularidade do domínio. Bens públicos..	349
7.1. Classificação dos bens públicos	350
7.2. Caracteres dos bens públicos.....	356
8. Os bens insuscetíveis de serem negociados	357
Capítulo XV - OS FATOS JURÍDICOS	361
1. Compreensão dos fatos, dos fatos jurídicos e dos negócios jurídicos	361

2. Conceito de fato jurídico	364
3. Classificação dos fatos jurídicos.....	365
4. Formação e aquisição dos direitos	366
5. Direitos deferidos e direitos não deferidos.....	368
6. Modos de aquisição dos direitos	369
7. Modificação dos direitos	370
8. Defesa dos direitos	372
9. Perecimento ou extinção dos direitos	374
Capítulo XVI – NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	379
1. O negócio jurídico no Código Civil	379
2. A teoria do negócio jurídico.....	381
3. Classificação dos negócios jurídicos	383
4. A manifestação da vontade nos negócios jurídicos.....	384
5. Interpretação dos negócios jurídicos	386
6. Requisitos dos negócios jurídicos.....	389
6.1. Agente capaz.....	390
6.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	391
6.3. Forma prescrita ou não defesa em lei	393
6.4. O consentimento.....	395
7. Decorrências naturais e acidentais.....	396
8. Invocação da incapacidade relativa em proveito próprio	397
9. A representação e a assistência	398
Capítulo XVII – A REPRESENTAÇÃO.....	401
1. Conceito.....	401
2. Distinções	402
3. Elementos da representação	404
4. Espécies de representação	405
5. Incidência dos efeitos da representação	406
6. Representação no negócio consigo mesmo.....	407
7. Prova e extensão dos poderes na representação.....	409
8. Conflito de interesses na representação	409
9. Requisitos e efeitos da representação	410

Capítulo XVIII - DA CONDIÇÃO, DO TERMO, DO PRAZO E DO ENCARGO.....	413
1. Espécies de elementos que compõem os atos ou negócios jurídicos.....	413
2. Condição.....	414
2.1. Classificação das condições.....	415
3. Termo.....	425
3.1. Espécies de termos.....	426
3.2. Incidência das regras da condição ao termo.....	427
4. Prazo.....	429
5. Encargo ou modo.....	434
Capítulo XIX - DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	437
1. Vícios de vontade e defeitos do consentimento.....	437
2. Erro ou ignorância.....	439
2.1. Classificação do erro.....	439
2.2. Execução do negócio de conformidade com a vontade real.....	447
2.3. Casos específicos de ignorância.....	448
3. Dolo.....	448
3.1. Classificação do dolo.....	449
4. Coação.....	454
4.1. Requisitos da coação.....	455
4.2. Coação por ameaça do exercício normal de um direito e por temor reverencial.....	457
4.3. Coação exercida por terceiro.....	457
4.4. Coação por sugestão hipnótica e a pressuposição.....	458
5. O estado de perigo.....	459
6. A lesão no direito.....	461
6.1. Fundamentos da lesão.....	463
6.2. Natureza da lesão.....	463
6.3. Requisitos e elementos identificadores da lesão.....	465
6.4. A lesão e a lei que trata dos crimes contra a economia popular.....	466
6.5. Contratos anuláveis pela lesão.....	467
6.6. A lesão e a onerosidade excessiva.....	468
7. Fraude contra credores.....	469
7.1. Contratos suscetíveis de anulação por fraude.....	469
7.2. Negócios presumidos de boa-fé.....	472
7.3. Fraude e falência.....	473

7.4. Ação própria para anular o contrato	474
7.5. Fraude de execução.....	476
Capítulo XX – INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO POR NULIDADE...	479
1. Abrangência da invalidade	479
2. Inexistência do negócio e a ineficácia	481
3. A nulidade do negócio jurídico	482
4. Espécies de nulidade	485
5. Causas de nulidade.....	486
5.1. Pessoa absolutamente incapaz	486
5.2. Objeto do negócio ilícito, impossível ou indeterminável.....	487
5.3. Ilicitude do motivo determinante, comum a ambas as partes.....	489
5.4. Negócio não revestido da forma especial prevista em lei	489
5.5. Negócio praticado com a preterição de alguma solenidade essencial...	490
5.6. Negócio visando fraudar lei imperativa.....	491
5.7. Negócio nulo ou proibido por expressa declaração da lei, sem estabelecer alguma sanção	492
5.8. Simulação.....	493
5.8.1. Características e requisitos.....	494
5.8.2. Espécies.....	495
5.8.3. Simulação e dissimulação	496
5.8.4. Reserva mental	496
5.8.5. Simulação na interposição de pessoa.....	497
5.8.6. Simulação através de declaração, confissão ou condição não verdadeira	498
5.8.7. Simulação de data	498
5.8.8. Alegação da simulação pelos próprios contratantes.....	498
5.8.9. Terceiros de boa-fé e legitimidade para arguir a simulação	500
6. Legitimidade para alegar a nulidade	500
7. Impossibilidade de confirmação do negócio nulo e sua imprescritibilidade	502
8. Efeitos da sentença que decreta a nulidade.....	503
9. Supressão das nulidades e conversão do negócio.....	504
Capítulo XXI – INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO POR ANULABILIDADE.....	505
1. Conceito e decorrência da imperfeição da vontade	505
2. Negócios anuláveis	506

3. Distinção relativamente às nulidades	507
4. Efeitos da desconstituição do negócio anulável.....	508
5. Confirmação dos negócios anuláveis.....	509
6. Invalidez do instrumento.....	512
7. Invalidez parcial do negócio, da obrigação principal ou da obrigação acessória	513
8. Negócios praticados por menores relativamente incapazes	514
9. Ocultação dolosa da idade pelo menor.....	515
10. Responsabilidade do menor na prática de negócios ilícitos.....	516
11. Obrigação anulada e restituição do valor pago a incapaz.....	517
12. A decadência no negócio jurídico para a anulação.....	518
 Capítulo XXII – ATO JURÍDICO LÍCITO E ATO ILÍCITO	519
1. Atos lícitos e atos ilícitos	519
2. Manifestações da conduta na prática do ato ilícito	521
3. Ato ilícito e culpa.....	522
4. Dolo e culpa	524
5. Formas da culpa propriamente dita.....	525
6. Classificação da culpa	526
7. Da culpa à responsabilidade	528
8. Elementos da responsabilidade	529
9. Responsabilidade subjetiva.....	531
10. Responsabilidade objetiva	532
11. Aplicação da responsabilidade subjetiva e objetiva	533
12. Situações excludentes de ilicitude.....	536
12.1. O estrito cumprimento do dever legal.....	541
13. Responsabilidade civil do Estado.....	542
14. O dano.....	548
14.1. Dano patrimonial.....	550
14.2. Dano moral	551
14.3. Dano contratual e extracontratual.....	556
14.4. Dano indireto	557
14.5. Danos patrimoniais, estéticos e morais.....	559
 Capítulo XXIII – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	563
1. Temporariedade da vida dos direitos.....	563

2. Prescrição e decadência.....	564
3. Prescrição e decadência frente à classificação das ações.....	568
4. Fundamento da prescrição e da decadência.....	570
5. Natureza de ordem pública da prescrição e faculdade em as partes estabelecerem a decadência.....	571
6. Espécies de prescrição.....	572
6.1. Prescrição intercorrente.....	574
7. Prescrição como exceção.....	577
8. Prescrição, preempção e preclusão.....	578
9. Renúncia à prescrição.....	579
10. Momento e legitimidade para a alegação da prescrição.....	581
11. A prescrição e as pessoas jurídicas de direito privado e de direito público....	582
12. A prescrição quanto aos relativamente incapazes e às pessoas jurídicas...	585
13. Sucessão na prescrição.....	586
14. Possibilidade de o juiz decretar de ofício a prescrição que envolve direitos de pessoas absolutamente capazes.....	587
15. A prescrição dos direitos acessórios.....	588
16. Suspensão da prescrição.....	589
17. Interrupção da prescrição.....	592
17.1. Interrupção da prescrição e improcedência ou extinção da ação.....	598
18. O recomeço da prescrição interrompida.....	600
19. Legitimidade para promover a interrupção da prescrição.....	601
20. Citação nula e prescrição.....	602
21. A extensão da prescrição frente a terceiros e solidariedade.....	603
22. Prazos da prescrição.....	605
22.1. Prazo ordinário.....	606
22.2. Prazos especiais.....	608
22.2.1. A pretensão para o pagamento das despesas de hospedagem e de alimentação.....	609
22.2.2. A pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele.....	610
22.2.3. A pretensão na percepção de emolumentos, custas e honorários de árbitros e peritos.....	612
22.2.4. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima.....	612
22.2.5. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes.....	613
22.2.6. Pretensão a prestações alimentícias.....	614

22.2.7. Pretensão às prestações relativas a aluguéis.....	615
22.2.8. Pretensão ao recebimento de prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.....	616
22.2.9. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias.....	616
22.2.10. Pretensão ao ressarcimento por enriquecimento sem causa....	617
22.2.11. Pretensão à reparação civil.....	617
22.2.12. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé.....	618
22.2.13. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas.....	619
22.2.14. Pretensão para haver o pagamento de títulos de crédito.....	620
22.2.15. Pretensão do beneficiário e do terceiro prejudicado ao seguro obrigatório.....	622
22.2.16. Pretensão relativa à tutela.....	625
22.2.17. Pretensão para a cobrança de dívidas líquidas.....	626
22.2.18. Pretensão dos profissionais liberais, dos procuradores judiciais, dos curadores e professores por seus honorários.....	626
22.2.19. Pretensão para reaver o que se despendeu em juízo.....	627
22.2.20. A pretensão nas dívidas trabalhistas e no FGTS.....	628
22.2.21. Pretensão nas obrigações da União, dos Estados, Municípios e de outros órgãos públicos.....	629
22.2.22. Pretensão no direito de autor.....	636
22.2.23. Pretensão para a reparação do dano moral por crime de imprensa.....	638
22.2.24. Pretensão nas sociedades por ações.....	639
22.2.25. Pretensões sobre as águas públicas.....	640
23. Início do prazo prescricional da ação indenizatória por ilícito penal.....	641
24. A prescrição e o cumprimento da pretensão indenizatória.....	642
25. A decadência no Código Civil.....	644
26. Exemplificações de decadência.....	646
Capítulo XXIV – A FORMA E A PROVA NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	659
1. Distinções. Conceito e importância da forma.....	659
2. A forma livre.....	661
3. A forma especial.....	662
4. O formalismo e o consensualismo.....	664
5. A escritura pública e outros instrumentos para o suporte de atos ou negócios formais e atos ou negócios não formais.....	665

6. A prova nos negócios jurídicos. Conceito e finalidade	670
7. Requisitos para a admissibilidade da prova	672
8. O ônus na produção da prova	674
9. A prova e os fatos notórios	677
10. A forma livre e a forma especial da prova	678
11. Os meios de provas	680
11.1. A confissão	680
11.2. Os documentos	684
11.2.1. A presunção de veracidade das declarações constantes nos documentos	685
11.2.2. Prova da anuência ou autorização para a prática de um ato ou negócio	686
11.2.3. Cláusula que estabelece o instrumento público	687
11.2.4. A obrigatoriedade da escritura pública como prova e documentos públicos	687
11.2.5. Os documentos particulares	690
11.2.6. Autenticação do documento	693
11.2.7. O <i>fac-símile</i>	694
11.2.8. As cartas e os registros domésticos e os livros comerciais como provas	695
11.2.9. A prova da data nos documentos para valer contra terceiros	696
11.2.10. Autoria dos documentos	698
11.2.11. Regulamentação da prova documental	699
11.3. As testemunhas	700
11.3.1. Espécies de prova testemunhal	701
11.3.2. Pessoas que não podem testemunhar	701
11.3.3. Escusas permitidas para não depor	705
11.3.4. Restrições à prova exclusivamente testemunhal	707
11.3.5. O ato da ouvida da testemunha	710
11.4. A presunção	712
11.4.1. Espécies de presunções	713
11.5. Perícia	715
BIBLIOGRAFIA	721